

A NEGAÇÃO BOLSONARISTA SOBRE O COVID É UMA NOVA FORMA DE AUTORITARISMO HOMICIDA

Michael Lowy

O professor e diretor de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique* fala com exclusividade à Revista do NESEF

O professor, escritor e ensaísta Michael Löwy, diretor de pesquisas do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) em Paris, considerado um dos maiores especialistas em Marx, Benjamin, Lukács e Rosa Luxemburgo do mundo e autor de, entre outros, *A Teoria da Revolução no Jovem Marx* (reed. 2012), *O que é o Ecosocialismo* (2014), *Redemption and Utopia* (1992) e *A revolução é o freio de emergência: ensaios sobre Walter Benjamin* (2020), aceitou o convite da Revista do NESEF para traçar um panorama sobre a realidade brasileira, afligida simultaneamente por duas doenças graves: o COVID-19 e o bolsonarismo. Sem meias palavras, Löwy aponta a estratégia “homicida” embutida na postura negacionista do governo federal e de seus apoiadores em relação ao coronavírus, feita de caso pensado para penalizar justamente as populações mais frágeis socialmente.

Mas não é apenas neste campo que o país padece de um mal de difícil erradicação: para Löwy, o híbrido entre discurso religioso e autoritarismo, assim como a aliança entre obscurantismo anticientífico e neoliberalismo, encontrou um inédito apoio popular que torna o bolsonarismo um caso ainda a ser completamente entendido no Brasil. Na entrevista, ele ainda comenta sobre a necessidade do resgate do pensamento revolucionário de Marx e Benjamin para traçar caminhos

que permitam ao pensamento e ação progressistas brasileiras uma convergência de lutas e estratégias que, para o autor, seria o único elemento possível de reunir a força necessária para deter a escalada autoritária que se faz presente no âmago da sociedade brasileira.

A Revista do NESEF, para esta entrevista, mobilizou a colaboração dos pesquisadores doutorandos Lucas Lipka Pedron, Barbara Canto, Izis Tomass e Gustavo Fontes (UFPR) e dos professores Camila Milek (SEED/PR), Paulo Vieira Neto (UFPR) e Benito Maeso (USP). Agradecemos a consultoria e coordenação técnicas do professor Emmanuel Appel (UFPR) sobre a obra de Löwy e os *inputs* para diversas questões da entrevista.

Revista do NESEF: Primeiramente, felicitações pelo Prêmio Walter Benjamin 2020. Dialeticamente, o que representa uma premiação destas – já que premiações são exemplos de ortodoxia acadêmica – para uma leitura não-ortodoxa (uma leitura do Sul do mundo, feita, em suas próprias palavras, por um “latino-americano”) de um pensador nada ortodoxo como Benjamin?

Michael Löwy: Obrigado, mas simplesmente o Júri é composto de pessoas pouco ortodoxas, algumas das quais escolheram de viver na América Latina. Isto deve explicar sua atribuição a mim do Prêmio deste ano.

Revista do NESEF: Sua tese doutoral tem como título *A teoria da revolução do jovem Marx*. Chama a atenção, também, o título de seu último livro (*A revolução é o freio de emergência*), que traz em primeiro plano o tema da revolução, como que fazendo um arco de Marx até Benjamin. Essa palavra, no entanto, é considerada maldita por muitos, que insistem em uma retórica reformista de um sistema que se apresenta em completo caos ou em revoluções que não abrangem a dimensão macrossocial. As leituras contemporâneas de Marx e, principalmente, de Benjamin, pilar do texto, fazem questão de colocar essa palavrinha bem longe dos holofotes. Mesmo estes autores, se colocados lado a lado, teriam conceitos de revolução que, hoje, talvez não deem conta da complexidade da realidade. Surge então a questão: de que revolução falamos agora – ou como é possível falar de revolução hoje? Qual ou quais os objetos históricos em relação aos quais seria possível organizarmos nosso pessimismo para aproveitarmos a porta estreita por onde pode vir o Messias, parafraseando o final das *Teses sobre o conceito de História*?

Löwy: Com efeito, existe uma grande proliferação de trabalhos sobre Marx ou Benjamin que não se interessam por sua vocação revolucionária. Reduzem Marx à um estudioso das contradições do capitalismo e Benjamin a um crítico literário particularmente sutil. Com isto se perde algo essencial de seu pensamento, que é precisamente o imperativo categórico de transformar o mundo, através de um movimento revolucionário das classes oprimidas.

Se queremos falar de revolução *hoje*, é indispensável partir das ideias de Marx e de Benjamin, mas precisamos integrar uma nova

dimensão: a crise ecológica, a ameaça de uma catástrofe sem precedentes, a mudança climática. Ela não está ausente dos dois grandes pensadores, mas toma hoje uma centralidade que não tinha no século 19 ou mesmo nos anos 1930. A porta estreita é a conjunção entre a crise social e a crise ecológica, mas nada garante que a Redenção revolucionária poderá passar...

Revista do NESEF: Recentemente, você apresentou um artigo que descreve os principais pontos do neofascismo apresentado pelo atual governo brasileiro e personificado por Bolsonaro. Percebe-se que à violência, agressividade, controle e nacionalismo são acrescentadas características que por vezes são até contrárias a estas, como o neoliberalismo que submete todos ao imperialismo americano e a falta de compromisso com a verdade. Isso torna escorregadio lidar com o neofascismo e os permite esgueirar por diversos discursos, que se contradizem. Dado este panorama, poderíamos dizer que há um núcleo duro ou uma agenda neofascista tão nítida como eram as agendas nazista e fascista? E, pensando que o aspecto autoritário e reacionário que se manifestou no Japão, na Hungria, EUA, etc. difere em aspectos importantes do fascismo dos anos 30, qual a semelhança estrutural que possibilita a comparação entre o fascismo e neofascismo?

Löwy: Como tratei de explicar no artigo em questão, o neofascismo não é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenômeno novo, com características do século 21.

Por exemplo, não toma a forma de uma ditadura policial, mas respeita algumas formas democráticas: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um Parlamento, etc. Naturalmente, trata, na medida do possível, de limitar ao máximo estas liberdades democráticas, com medidas autoritárias e repressivas. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como o eram as SA alemãs ou o *Fascio* italiano.

Isto vale também para Bolsonaro: ele não é nem Hitler nem Mussolini, e não tem nem mesmo como referência a versão brasileira do fascismo nos anos 1930, o integralismo de Plínio Salgado. Enquanto que o fascismo clássico propugnava a intervenção massiva do Estado na economia, o neofascismo de Bolsonaro é totalmente identificado com o neoliberalismo, e tem por objetivo impor uma política socioeconômica favorável à oligarquia, sem nenhuma das pretensões “sociais” do fascismo antigo.

O que Bolsonaro comparte com o nazi-fascismo é o autoritarismo, o culto do chefe (*Duce, Führer*), a mitologia nacionalista reacionária, o ódio o “comunismo”, e a mentira grosseira como método de comunicação. Não é por acaso que um ministro de Bolsonaro citou frases de Goebbels em seu discurso (teve que se demitir depois dessa). Se pudesse, Bolsonaro estabeleceria uma ditadura com traços fascistizantes, mas não tem, por enquanto, condições para fazê-lo.

Revista do NESEF: Se o fascismo, para muitos, é subproduto de uma revolução fracassada (ou não-aproveitada), da perda de

oportunidade histórica de aproveitar uma crise do capitalismo, este neofascismo de hoje poderia ser pensado como a perda do quê em relação ao neoliberalismo?

Löwy: O neofascismo atual não resulta de uma revolução fracassada, nem de um perigo revolucionário que conduz as classes dominantes a optar por esta saída de extrema-direita. Até certo ponto pode ser explicado pelo fracasso das tentativas reformistas de superar o neoliberalismo sem romper com seus fundamentos socioeconômicos.

Revista do NESEF: O autoritarismo atual parece vinculado organicamente às vicissitudes do neoliberalismo e até certo ponto seria uma consequência visível de sua aplicação: no Brasil, o regime autoritário de Bolsonaro finalmente levaria a cabo as reformas tão desejadas pelos “liberais” de plantão. Podemos agora pensar esse processo como indício de uma mutação ou de uma crise no capitalismo – ou ao menos no projeto capitalista brasileiro?

Löwy: O desejo das classes dominantes de levar a cabo um programa neoliberal brutal não é nada novo, e muito menos uma crise ou mutação do capitalismo brasileiro. O “novo” é o apoio popular (55% dos eleitores) que este nefasto projeto conseguiu: algo sem precedente na história do Brasil. Felizmente este apoio está derretendo como gelo no sol do meio dia. Sua crise e eventual colapso poderá levar, talvez, a uma contestação social ampla do neoliberalismo.

Revista do NESEF: Chama a atenção, como você mesmo pontua, o caráter obscurantista e anticientífico presente no consórcio neopentecostalismo e messianismo bolsonarista. Esta busca do sobrenatural, do telúrico e do transcendente como saída para a decadência e dissolução do tecido social pode ser encontrada tanto no Tradicionalismo de Steve Bannon e nos neopentecostais brasileiros (a forja que criou esta face do monstro que encaramos hoje) mas também em muitos discursos tidos como progressistas (isso em escala mundial, um certo híbrido entre a fuga para a Floresta Negra e o Bom Selvagem) e no já consagrado messianismo da vida social brasileira, para expandir o conceito além do campo da política e do Salvador da Pátria. Como seria possível uma crítica de base materialista se vivemos imersos no onírico e na superstição? Ou o materialismo chegou a seu limite como ferramenta para análise da sociedade?

Löwy: Como aponta com muita razão Roberto Schwarz, a combinação esdrúxula de “progresso” e atraso é uma característica da história do Brasil, desde a associação entre “liberalismo” e escravidão no século 19. Com a ditadura militar tivemos “desenvolvimento econômico” e destruição da democracia. E agora temos este sinistro casamento do ultra neoliberalismo com o obscurantismo dos neopentecostais e do próprio BolsoNero. O materialismo histórico explica como este “desenvolvimento desigual e combinado” é uma característica geral do capitalismo, em particular nos países periféricos. Isto nada tem a ver com o Bom Selvagem: para Bolsonaro os índios são “inimigos do progresso” a serem “neutralizados”, e a floresta deve ser “limpada” para a “boiada passar”.

Revista do NESEF: Ainda tendo a ideia do messianismo em foco, qual chave explicaria a adoração pelo Messias invertido que ainda mantém-se sólida em um grande percentual da população – ainda que a própria sobrevivência das pessoas que compõem este percentual esteja em risco devido à política genocida de Bolsonaro? Apenas a influência dos Malafaias e Macedos seria suficiente para explicar este fenômeno? A própria caracterização demonizada de Bolsonaro pela esquerda não indica também um retorno a um conceito distorcido de messianismo, seja pela adoração ao messias da guerra por parte das hostes bolsoafetivas, seja por uma certa esperança e espera por um messias na oposição? É pertinente ou viável voltar a disputar um campo revolucionário socialista no plano da mística (moderna ou contemporânea), pensando a partir dos termos inaugurados por Georges Sorel e reinterpretados por Carlos Mariátegui, ao propor um paralelo entre os espíritos revolucionário e religioso?

Löwy: O apoio ao Jair Messias Bolsonaro está em baixa, mas ainda tem uma base social considerável. Sem dúvida o sustento dos neopentecostais é uma parte da explicação, mas não é suficiente. Para mim ainda esta faltando uma análise convincente deste fenômeno.

Mariátegui, referindo-se a Sorel, mas com uma perspectiva bem mais radical, insiste na dimensão “mística” da revolução socialista, isto é, a fé no combate emancipador, o compromisso com a causa dos explorados, a disposição heroica a por em risco a própria vida. No Brasil, a fé religiosa do cristianismo da libertação é uma das mais importantes fontes dos movimentos sociais de luta anticapitalista. Mas nem para Mariátegui, nem para os teólogos da libertação, não se trata de esperar por um Messias revolucionário. O Messias da emancipação popular é o próprio Povo.

Revista do NESEF: Uma das questões mais proeminentes nesse período é sobre o que caracterizaria de fato o estado de exceção, em especial em tempos de pandemia. Seja por uma suposta restrição de liberdades individuais, seja pela expansão da atuação repressora do estado em comunidades e grupos historicamente marginalizados, os limites do controle, vigilância e opressão social parecem estar em xeque. A realidade brasileira, onde o acirramento do autoritarismo negacionista de Bolsonaro, conciliado com a recusa da implementação de medidas de contenção da pandemia, parece expor uma mudança de paradigma para pensarmos o estado de exceção, que por aqui sempre pareceu ser a regra. Quais regras poderiam caracterizar o estado de exceção hoje?

Löwy: A população pobre e negra da periferia brasileira vive em um estado de exceção há muitos anos (senão séculos!). Com a crise do coronavírus aparece uma nova forma de autoritarismo homicida: a recusa de tomar as medidas mínimas necessárias para conter a epidemia, partindo da ideia absurda de que “inevitavelmente 70% da população vai ser contaminada” (Bolsonaro dixit). O que significaria, com a taxa de mortalidade atual, milhões de mortos. É uma espécie de “darwinismo social” de corte tipicamente fascista: a sobrevivência dos mais fortes.

Revista do NESEF: A crise pandêmica que o coronavírus proporcionou fez com que alguns outros assuntos urgentes fossem legados a segundo plano. A crise ecológica que tem se acentuado exponencialmente, para usarmos um termo atual, perdeu espaço e deixou de ser a causa que levaria ao apocalipse mundial. No entanto, no dia 22 de abril de 2020, Ricardo Salles, em uma reunião ministerial, tornada pública por decisão do STF em 22 de maio do mesmo ano, declara que a atenção dispensada pela imprensa à pandemia do coronavírus era uma espécie de oportunidade para perpetrar reformas, em suas palavras, “infralegais de desregulamentação e de simplificação”, fala que reflete o tom da política do governo Bolsonaro em relação ao meio ambiente, que agora vê um momento conveniente para continuar e aprofundar o seu direcionamento. No mesmo mês em que ocorreu a reunião, o desmatamento na Amazônia registrou um acréscimo de 63,75% em relação a abril do ano passado. Em relação a março de 2020, o acréscimo foi de 24,2% (Deter-B, INPE). Continuamos queimando combustível fóssil, a Amazônia tem sido alvo das maiores queimadas já registradas, e não se tem visto nenhum indício de que o consumo venha a ser desestimulado. Como lidar de forma conjunta com estas questões que, ao que parece, concorrem para se tornarem as maiores preocupações que a humanidade terá pelos próximos anos, se tivermos sorte?

Löwy: Estou profundamente convencido de que a crise ecológica, e em particular a mudança climática, já é, e será mais ainda nos próximos meses e anos, a questão política decisiva do século 21. Se trata de uma ameaça sem precedente na história da humanidade, que exige medidas radicais: uma ruptura com os fundamentos da civilização capitalista ocidental, responsável da catástrofe.

A orientação abertamente ecocida de Bolsonaro e de seus Ministros – seguindo o exemplo de seu mentor, Donald Trump – é um assunto muito preocupante. A queima da floresta amazônica é uma contribuição notável para acelerar a corrida ao abismo: a mudança climática. Se trata de uma ameaça à vida humana neste planeta bem mais grave do que os coronavírus atuais ou futuros. Colocar obstáculos a esta política criminosa, mobilizando a solidariedade com os povos da floresta, a começar pelas comunidades indígenas – os mais combativos protetores da Mãe Terra – me parece ser uma tarefa urgente e decisiva da esquerda, dos ecologistas e dos democratas. Valeria a pena também boicotar os produtos – como a carne produzida pelo monopólio JBS e distribuída por Carrefour, etc. – que resultam diretamente da destruição da floresta.

Revista do NESEF: Vemos um contraste exorbitante entre as medidas do governo brasileiro em resposta à pandemia, e as medidas de outros países na América Latina – seja de governos, como a do argentino, seja de comunidades autônomas, como os zapatistas. O resultado desse contraste pode ser visto nos dados brasileiros da pandemia: o Brasil concentra cerca de metade tanto dos casos confirmados (891.556 de 1.681.378) como dos óbitos (44.118 em 80.505) de toda a América

Latina (dados de 15 de junho) – sem contar ainda a subnotificação do Estado brasileiro. Em meio a isso, tal contraste parece se mostrar também por um posicionamento ideológico: parece que sempre foi uma preocupação (ou horizonte de atuação) da esquerda brasileira a integração do Brasil na América Latina, enquanto a direita sempre buscou um alinhamento geopolítico com os EUA. Em que medida a ausência de resposta brasileira à pandemia pode ser analisada a partir das mudanças do alinhamento geopolítico dos últimos 4 anos? Como você analisa essa problemática inserção do Brasil na América Latina, sob o prisma da associação realizada em seu livro sobre a história da América Latina e sua característica/necessidade de ser “a contrapelo”?

Löwy: O Brasil de Bolsonaro busca aliados na América Latina que compartilhem seu total alinhamento com os Estados Unidos de Trump e a obsessão de “combate ao comunismo”: o governo da Colômbia, os golpistas no poder na Bolívia, etc. Se trata de um “Eixo do Mal” que tem seu centro em Washington e que visa torpedear qualquer tentativa de autonomia latino-americana em relação ao império norte-americano. Considerando a importância geopolítica do Brasil no continente, a liquidação do bolsonarismo é uma condição *sine qua non* para reorientar a política latino-americana.

Revista do NESEF: O progresso e o desenvolvimento são bandeiras pelas quais algumas políticas públicas são pensadas e que causam um grande estrago tanto do ponto de vista social como ambiental, desde a exacerbada preocupação com a economia – que não vê problemas em sacrificar vidas de trabalhadores e trabalhadoras em benefício do capital – até o completo desrespeito pelas questões ambientais, que para a implementação de atividades agrícolas como a monocultura e a pecuária, proporciona um crescente desmatamento de florestas e matas originárias. Você identifica alguma forma de superação deste modelo econômico?

Löwy: Com Jair Bolsonaro o Brasil tem um governo abertamente ecocida, que tem por objetivo declarado eliminar qualquer regra ecológica mínima que limite a voracidade destrutiva do agronegócio e do capital. Mas o “desenvolvimentismo” produtivista, que subordina tudo ao “crescimento do PIB” tem predominado no modelo econômico brasileiro há muitas décadas. Ele foi partilhado por governos militares e civis, de direita, do centro ou de esquerda. Hoje em dia vemos os primeiros sinais de uma tomada de consciência ecológica dos movimentos sociais – como o MST – e de forças da esquerda radical – como o PSOL. Quando esta consciência se tornar hegemônica, poderemos talvez criar condições para romper com este modelo.

Revista do NESEF: Muito tem se falado da oportunidade de reflexão que a pandemia trouxe para a sociedade. Benjamin fala, por exemplo, que o momento de crise é o momento oportuno de promover a mudança, de se iniciar a revolução que porá fim às injustiças sociais. Quais iniciativas você poderia assinalar capazes de reacender a chama ética-revolucionária, entre tantas telas de *led* que tendem a nos deixar,

ou entorpecidas a ponto de não sentir empatia pelas massas exploradas e oprimidas, ou hipnotizadas e subservientes à ‘rebelião dentro da ordem’? Que estratégias precisam ser pensadas para nos apropriarmos deste momento de crise e começar a mudança que se torna cada vez mais urgente? Os recentes movimentos e mobilizações antirracismo nos EUA, que resultaram, por exemplo, na dissolução do Departamento de Polícia em Minneapolis, podem apontar um tipo de tática ou estratégia a ser trilhada?

Löwy: A única estratégia que poderá nos levar a uma revolução social é a da *convergência de lutas*. Se trata de unificar as aspirações e protestos sociais, antirracistas, ecológicos, feministas, num grande movimento anti-sistêmico. Nesta ampla aliança de forças tem um lugar essencial os trabalhadores do campo e da cidade, mas no momento as forças mais avançadas são a juventude, as mulheres, os indígenas. Movimentos sociais, ONGs, partidos políticos de esquerda, intelectuais, sindicatos, comunidades de base cristãs, são alguns dos componentes deste coquetel explosivo. Vitorias eleitorais podem ser parte do processo de mudança mas o essencial será a relação de forças social e política. Poderá triunfar esta luta anticapitalista? Como dizia Brecht, “quem luta pode perder; quem não luta, já perdeu.”

Recebido: em outubro de 2020

Aprovado: em outubro de 2020